

Governo vai resistir às

Ministro acha que primeiro devem ser pagas as

IV

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, terça-feira, 14 de janeiro de 1986

pressões dos credores

dívidas internas e acredita em prorrogação

O Governo resistirá às pressões dos credores internacionais que, para prorrogarem os financiamentos às exportações que vencem na próxima sexta-feira, exigem o pagamento integral das dívidas dos bancos falidos Comind, Auxiliar e Maisonnave, contraidas via Resolução 63 garantida pelo Banco Central, no valor de 455 milhões de dólares. Os bancos argumentam que a dívida é, portanto, do Governo. Mas o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, negou essa possibilidade ontem, ao ressaltar que "somente vamos pagar aos estrangeiros se pudermos pagar aos brasileiros, e isso não está sendo possível". Admitiu, ainda, que a conclusão das negociações com os bancos poderá se estender até a próxima semana.

Segundo Dilsen Funaro, o Governo cumprirá o que prometeu: adiantou 25 por cento do total e adiantará mais 25 por cento assim que o Banco Central encerrar o trabalho de liquidação da massa falida. O ministro considera que não haverá empecilhos à prorrogação, porém destacou que o Governo quer discutir "as bases em que estes acordos podem ser prorrogados". O processo de negociação não terminou, ainda continua e o ministro não previu o seu desfecho.

A posição externada pelo ministro de resistir às pressões dos bancos confirma previsões de sua assessoria econômica, segundo a qual pretende o Governo adotar posição mais enérgica nas negociações com os bancos. O cacife oficial é o prometido sinal verde do FMI e as condições que julgam satisfatórias da economia brasileira apesar da inflação que mudou do patamar de 10 para entre 13 e 14 por cento, fenômeno, no entanto, creditado à estiagem e portanto, alheio e incontrolável pela política econômica, inde-

pendentemente de se viver ou não em processo de crescimento ou de recessão da economia.

Os assessores do ministro ressaltam que é inadmissível o Governo continuar pagando taxa de risco altíssima (2,5 por cento acima do juro normal, enquanto outros clientes, México, por exemplo pagam 1,25 por cento) quando na verdade não constitui, até agora, risco algum, pois paga em dia o que é mais caro aos credores, os juros.

Os responsáveis pela maior pressão sobre o Governo brasileiro para receberem os créditos que possuem junto aos três bancos falidos são os pequenos bancos norte-americanos e os bancos árabes. As discussões do Governo com o comitê de bancos internacionais presidido pelo presidente do City Bank, William Rhodes, continuam indefinidas, mas as autoridades eco-

nômicas acreditam que os bancos grandes, os maiores credores do Brasil, vão fazer esforço extra para reduzir as pressões dos bancos descontentes e haverá encaminhamento satisfatório do problema.

O Governo julga que atender as exigências dos credores representaria o rompimento com o princípio da isonomia, isto é, o direito que deve ser igual tanto para o credor brasileiro quanto estrangeiro. Pagar o credor externo antes de pagar o credor interno provocaria pressões políticas internas.

AVAL INDEFINIDO

Ainda não está formalizado o pedido do Fundo Monetário Internacional aos bancos credores para que prorroguem os vencimentos de curto prazo que vencerão no dia 17, admitiu o ministro. Destacou que De Larosiére, o diretor gerente do Fundo, ficou de providenciar o assunto esta semana, sem definir data. Funaro disse que a conversa que teve com De Larosiére serviu para confirmar a posição brasileira de não interromper o crescimento da economia para ajustá-la de acordo com terapias ortodoxas. Destacou que a recessão à qual se submeteu o País nos últimos anos causou estragos violentos à economia e comprometeu o nível de emprego. O País não aceitará novo arrocho salarial para resolver os seus problemas. E, lembrou, todas as sugestões que o FMI tem feito até agora para sanear a economia brasileira implicam em medidas drásticas política e socialmente insuportáveis.

Considerou o ministro que o aval do Fundo ajudaria bastante o processo de renegociação com os credores. E isto, lembrou, que os bancos desejam, mas o Governo Sarney, garantiu, insistirá por um caminho compatível com crescimento e combate à inflação.

LUIZ MARQUES



Dilsen Funaro